



ENTRELAÇANDO CAMINHOS: MOVIMENTO AGROECOLÓGICO E LUTAS FEMINISTAS NA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ÓTICA DO SABER

Bárbara Letícia Lopes¹; Daniele Taís Silva Sobrinho²; Isabela Angélica de Moraes³; Lauanda Lopes de Souza⁴.

RESUMO

A agroecologia é mais que uma ciência, é um modo filosófico de vida, é luta, é resistência, é construção e desconstrução da ciência, esse conhecimento está estruturado em três princípios: ciência, prática e movimento. O feminismo é um movimento social que luta pela igualdade de condições entre homens e mulheres, de forma que ambos tenham os mesmos direitos e as mesmas oportunidades, preconizando o aprimoramento e a ampliação do papel e dos direitos das mulheres na sociedade. Desta forma, o objetivo desse estudo é compreender o processo de construção da agroecologia enquanto um paradigma teórico e um movimento prático da agricultura que está em divergência com o que se entende hoje como a agricultura convencional/moderna. Desse modo, a perspectiva é entender como a agroecologia e os movimentos feministas podem se fortalecer na construção de um novo modelo de sociedade. A agroecologia nesse sentido, vem em oposição ao que tem sido implementado pela agricultura convencional nos últimos tempos, incentivando debates e propondo alternativas para se pensar em uma forma de produzir e de se relacionar com o ambiente de forma sustentável, incorporando os saberes tradicionais nas suas práticas e na sua construção teórica. Além disso, os agricultores e agricultoras têm um papel crucial para o desenvolvimento da agroecologia e conseqüentemente para um desenvolvimento rural sustentável. Desta forma a agroecologia ao agregar as pautas feministas nos seus princípios, incidem na construção do processo de “empoderamento” e autonomia das trabalhadoras rurais.

Palavras-chave: Agricultura Convencional; Agroecologia; Feminismos; Mulheres Rurais.

¹ Programa de Pós-Graduação em Estudo Rurais -Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

² Programa de Pós-Graduação em Estudo Rurais -Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

³ Programa de Pós-Graduação em Estudo Rurais -Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

⁴ Programa de Pós-Graduação em Estudo Rurais -Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

INTRODUÇÃO

A agroecologia é mais que uma ciência, é um modo filosófico de vida, é luta, é resistência, é construção e desconstrução da ciência. Ela agrega ao conhecimento, tudo que abarca a complexidade da vida. De acordo com Ferreira e Mattos (2017) no Brasil, o debate agroecológico começou na década de 1980 motivado por discussões pautadas por movimentos de oposição ao processo de modernização da agricultura que se intensificou na segunda metade do século XX.

Sendo que esse conhecimento está estruturado em três princípios: ciência, prática e movimento, ou seja, essa construção desse entendimento não se faz isolado, porém estão intercaladas com a natureza, com o conhecimento científico, com as diversidades da realidade e com os movimentos sociais. Segundo os autores, a agroecologia ganhou força nos anos 2000 com a realização do I Encontro Nacional de Agroecologia e a construção da Articulação Nacional de Agroecologia -ANA.

A relação da mulher no contexto agroecológico vai de encontro com os princípios da própria estrutura e dinâmicas que compõem a visão agroecológica. Dessa maneira, as organizações do campo agroecológico, passaram a incorporar a abordagem de gênero.

Entende-se por feminismo o movimento social que luta pela igualdade de condições entre homens e mulheres, de forma que ambos tenham os mesmos direitos e as mesmas oportunidades, preconizando o aprimoramento e a ampliação do papel e dos direitos das mulheres na sociedade. É um movimento que busca a igualdade e equidade entre os gêneros, desenvolvendo-se como uma estratégia filosófica, política e social que luta pelos direitos das mulheres.

Ferreira e Mattos (2017) trazem que a perspectiva agroecológica tem demonstrado potencial de criar possibilidades e espaços para que as mulheres agricultoras enfrentem sua condição de silenciamento, por isso o diálogo entre as perspectivas agroecológica e feminista é um importante caminho para o enfrentamento político sobre alguns dos dilemas vivenciados pelas mulheres no meio rural.

Desta forma, o objetivo desse estudo é compreender o processo de construção da agroecologia enquanto um paradigma teórico e um movimento prático da agricultura que está em divergência com o que se entende hoje como a agricultura convencional/moderna. Desse modo, a perspectiva é entender como a agroecologia e os movimentos feministas podem se fortalecer na construção de um novo modelo de sociedade.

REFERENCIAL TEÓRICO

É importante contextualizarmos a história do movimento feminista para reconhecermos sua relevância na sociedade. De acordo com a organização “Politize!”, o caminho entre os direitos das mulheres e as lutas para a igualdade das minorias em geral estiveram sempre entrelaçados. Durante o Brasil Colônia (1500-1822) as conquistas foram mínimas. Conforme Fahs (2018) vivia-se uma cultura pautada a partir do patriarcado, da repressão às minorias e da desigualdade. As mulheres eram propriedades privadas do homem. Por esse contexto histórico, grande parte da nossa cultura baseia-se numa sociedade patriarcal, pautada na dominação masculina.

O “empoderamento” feminino enquanto movimento organizado ganhou força a partir do século XIX, após a Revolução Industrial, na qual as mulheres começaram a trabalhar de maneira “formal” nas fábricas.

Algumas mudanças começam a ocorrer no mercado de trabalho durante as greves realizadas em 1907 (greve das costureiras) e 1917, com a influência de imigrantes europeus (italianos e espanhóis), e de inspirações anarco-sindicalistas, que buscavam melhores condições de trabalho em fábricas, em sua maioria têxtil, onde predominava a força de trabalho feminina. Entre as exigências das paralisações, estavam a regularização do trabalho feminino, a jornada de oito horas e a abolição de trabalho noturno para mulheres. No mesmo ano, foi aprovada a resolução para salário igualitário pela Conferência do Conselho Feminino da Organização Internacional do Trabalho e a aceitação de mulheres no serviço público (FAHS, 2018).

Com os avanços conquistados pelo movimento feminista, influenciaram as discussões acerca da participação de mulheres na política do Brasil. Em 1922, fundaram a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que tinha como principal finalidade a batalha pelo voto e livre acesso das mulheres ao mercado de trabalho. Mas, só em 1932, com o governo de Getúlio Vargas, é que foi garantido o sufrágio feminino, com sua devida inserção no Código Eleitoral Provisório (Decreto 21.076), garantido direito ao voto e candidatura das mulheres. A partir da década de 1960, o movimento lutou e ainda luta por questões pertinentes até os dias de hoje.

O movimento feminista trouxe grandes conquistas, que muitas vezes passaram despercebidas aos nossos olhos, ao longo de sua jornada. Entretanto, a caminhada ainda é grande quando se coloca em pauta os direitos da mulher e a igualdade entre os gêneros. No meio rural não é diferente, as mulheres camponesas também não se furtam à luta. Segundo o jornal Brasil de Fato (2020), o campo é hoje palco de uma luta feminista à parte, “que não silencia diante das demandas das mulheres da cidade, mas se soma a elas ao mesmo tempo em que tece uma caminhada própria ancorada nas suas singularidades de vida e de luta”.

A organização e luta das mulheres camponesas não é recente, a bastante tempo essas mulheres lutam pela conquista de direitos e pela superação das desigualdades ainda existentes no campo. No Brasil elas tiveram expressiva participação na Assembleia Constituinte (1985-1988) onde colocaram em nível nacional suas reivindicações sobre direitos básicos, que já haviam sido conquistados pela população urbana, este foi um importante momento onde conquistaram visibilidade e apoio para as suas pautas. A década de 1990 foi marcada por um florescimento de movimentos de mulheres rurais que se organizam a partir de identidades específicas como o Movimento de Mulheres Indígenas, Movimento de Mulheres Pescadoras, Organização de Mulheres Quilombolas, Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu por exemplo, que para além de trazerem pautas específicas, levantam a necessidade de ampliar o debate e reconhecer a diversidade de realidades vivenciadas pelas mulheres.

Toda esta bagagem trazida pelos movimentos autônomos de mulheres, associada aos demais movimentos, reafirmou a luta das mulheres em dois eixos: Gênero e Classe. Somos mulheres que lutamos pela igualdade nas relações e pertencemos à classe das trabalhadoras e trabalhadores. Nessa trajetória de luta e organização das mulheres camponesas foi sendo construída uma mística feminina, feminista e libertadora, cujo conteúdo se expressa no Projeto Popular que o Movimento está comprometido que articula a transformação das relações sociais de classe com a mudança nas relações com a natureza e a construção de novas relações sociais de gênero (MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS-MMC).

As mulheres camponesas tiveram grande participação no Congresso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST que ocorreu em 2007, e contou com cerca de 42% de mulheres em seu público. Uma mística que reuniu mais de 2 mil trabalhadoras rurais, reafirmou nas sem-terra a necessidade de formar um movimento que direcionasse suas lutas para a realidade rural, com pautas que atendessem a demanda local.

Em entrevista ao jornal Brasil de Fato (2020), a professora Lourdes Vicente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, sem-terra e integrante do movimento feminista camponês e popular, afirma que:

“A gente é muito cobrado sobre onde que tem escrito o que é o feminismo camponês. Não existe, porque estamos construindo ele na prática. Essa é a diferença. A gente entende que, se ele é popular, ele não pode ser do debate teórico, onde as mulheres da classe trabalhadora ainda não estão na sua totalidade”.

Destaca-se a importância do surgimento deste movimento, pois ainda que existam pautas feministas em comum no campo e na cidade, há uma série de lutas que não se igualam. Ainda para o Brasil de Fato, Rosemeri Witcel (2020) aponta que o movimento busca também incluir, nos debates sobre igualdade de gênero, os diferentes segmentos de mulheres rurais,

como indígenas, quilombolas, além das próprias mulheres sem-terra, entre outras. Pois, vivendo no campo, essas mulheres precisam se debruçar sobre suas particularidades. Desse modo, a entrevistada exemplifica que: “Elas vivem de maneira mais isolada. É mais fácil acontecer uma violência e ela ficar mais invisibilizada, por exemplo, inclusive nas áreas onde têm sua casa”. E complementa sobre o movimento:

“É camponês porque ele atinge e chega na vida das mulheres camponesas, porque o feminismo, de maneira geral, ainda está muito acadêmico, embora o feminismo de qualquer tipo seja pra liberdade das mulheres. As camponesas têm uma especificidade de trabalhar na lavoura, de fazer a luta. É um outro jeito de vida e ele [feminismo camponês popular] é construído dia a dia, em cada momento que as nossas mulheres estão fazendo a luta” (WITCEL, 2020).

Explica Rosmeri Witcel, da coordenação pedagógica da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), acrescentando que essa luta se dá mais diretamente por meio da ação. Assim, a resistência das mulheres rurais se mantém viva a partir das lutas concretas. Viviane Rojas (2020), nesse sentido, afirma que “a resistência das mulheres rurais se mantém viva a partir das lutas concretas, dos processos de formação e da participação política nos movimentos populares”.

Partindo dessas discussões expostas pelos movimentos feministas em suas distintas dimensões, Shiva (2002), aborda questões que dialogam diretamente com essa temática que envolve o patriarcado capitalista e a visão de mundo dominadora, que é violenta contra a natureza e sobretudo com as mulheres. Desse modo, na visão da autora o saber e poder, que estão ligados ao sistema dominante, imbricados a uma série de valores que surgem com a elevação do capitalismo comercial. Dessa maneira subversiva pela qual esse saber é criado e legitimado, condiciona a natureza e a sociedade ao gerar desigualdades e dominação.

O poder também é incorporado na visão do sistema dominante como uma tradição universal, imposto aos sistemas locais (SHIVA, 2002). Desta forma:

Os conhecimentos tradicionais que orientavam as comunidades no lidar com a produção e com o ambiente são considerados atrasados e, portanto, precisam ser superados com a adoção de tecnologias externas ao agroecossistema e que por vezes não condizem com a realidade local ou ambiental (LOPES, 2021, p.59).

Ao longo da evolução da sociedade, houve várias revoluções agrícolas. No entanto, o início do século XIX, foi marcado pelo significativo aumento de produtos químicos, isto é, há uma substituição da produção orgânica para a química. Há assim, uma mudança na vida da população do campo, que segundo Santilli (2009), começa um movimento de dependência de produtos industrializados, especialmente fertilizantes e rações para animais domésticos. Essa transformação da agricultura moderna para a mecanizada, na qual há uma utilização em massa

de fertilização artificial, melhoramento genético das plantas entre outras modificações, fez com que o cruzamento e melhoramento de plantas e animais desenvolvidos pelos agricultores passassem a ser desenvolvidos pela modernização agrícola, que começam a ser vistas como as práticas “tecnicamente adequadas” (SANTILLI, 2009).

Nesse sentido, a agricultura convencional começa a se desenvolver de maneira acentuada, especialmente a partir da década de 1950, em que temos como marco a “Revolução verde”. Ainda conforme Santilli (2009), essa revolução surge no final desse período e pode ser caracterizada pela associação de insumos químicos (agrotóxicos e adubos), mecânicos e biológicos. Além disso, a revolução verde está totalmente associada à ideia de alta produtividade, de dependência no pacote tecnológico e a monocultura em alta escala, e essa “revolução” se espalhou rapidamente pelo mundo, com a justificativa que ela acabaria com a fome.

No entanto, esse modelo agrícola, só beneficiou grandes propriedades rurais monocultoras, voltadas para a exportação. E foi esse modelo, que marginalizou as populações que não puderam ter acesso a essas tecnologias da revolução verde, como as comunidades tradicionais. Nesse sentido se tem um impacto especialmente na vida das mulheres, e esse processo não conseguiu melhorar a vida da população rural, que contemporaneamente boa parte, vive o drama do êxodo rural, especialmente rumo aos centros urbanos, gerando diversas consequências para a qualidade de vida desses sujeitos e de deterioração do meio ambiente (JESUS, 2005; SANTILLI, 2009).

Segundo Jesus (2005), do ponto de vista tecnológico, a agricultura convencional/industrial, se baseia em três pilares fundamentais, a agroquímica, a motomecanização e a manipulação genética, sendo todos esses de grande impacto socioambiental. A agricultura industrial, não pode ser realizada apenas do ponto de vista tecnológico, pois conforme Jesus (2005), existem determinantes econômicos, políticos-estratégicos, culturais e sociais que não podem ser apagados. O processo de modernização da agricultura no Brasil é muito contraditório, pois esse aparato tecnológico está presente só em algumas regiões, além disso, esse processo é conhecido como modernização conservadora, devido às relações trabalhistas e formas de organização remontar a idade média, e até a semiescravidão, explorando vários trabalhadores e trabalhadoras.

A agricultura alternativa ou não convencional (especialmente a agroecologia) aparece como uma possibilidade, ou futura substituição, desse modelo de agricultura convencional moderna/industrial, e a agroecologia é colocada como a possível saída para atingir de fato a

sustentabilidade da agricultura (JESUS, 2009). A partir da sua epistemologia, a agroecologia está relacionada com uma abordagem ecológica em relação à agricultura, incluindo as bio-interações que ocorrem nos sistemas e os impactos da agricultura nos ecossistemas. Altieri (1987), talvez seja um dos mais importantes intelectuais com relação a popularização do uso da palavra agroecologia, como marco conceitual científico e de desenvolvimento, que de acordo com Jesus (2009), incorpora a noção de conhecimentos tradicionais, como dos indígenas, os aspectos culturais, manejo da biodiversidade, aspecto socioeconômico, educação em agroecologia entre vários outros. Desse modo, apresenta uma decisiva contribuição na evolução conceitual, em relação especialmente às outras formas de agricultura não-convencional. Uma das questões em que mais se destaca e sendo um diferencial do trabalho da agroecologia, é a incorporação e envolvimento dos agricultores como sujeitos do seu próprio processo de desenvolvimento, assim como o diálogo entre os assessores e a comunidade.

A agroecologia trata-se conforme Susanna B. Hecht (2002) de uma abordagem que não integra apenas uma área do conhecimento de métodos e concepções, e ela também é um desafio normativo aos temas ligados à agricultura, que estão presentes em diversas disciplinas. Uma das suas raízes é nas ciências agrícolas, no movimento ambiental, na ecologia, nas análises de agroecossistemas indígenas e em estudos de desenvolvimento rural. Desse modo, as pesquisas dos sistemas agrícolas indígenas, forneceu grande parte da matéria-prima para o desenvolvimento das hipóteses e dos sistemas alternativos de produção de agroecologia. De acordo com Hecht (2002), os estudos de desenvolvimento rural, retratam as relações entre os aspectos socioeconômicos e a estrutura e organização social da agricultura.

Outro ponto de extrema relevância, que é preciso ser ressaltado aqui, é a diferença entre agrônomos convencionais e a agroecologia, em que os agroecológicos tendem a ser metodologicamente mais plurais, e por essa razão, incluem e partem dos saberes tradicionais para a sua construção (CAPORAL, 2009). A partir de algumas concepções, especialmente a partir dos estudos de Paulo Freire, Caporal (2009) afirma que os cientistas não têm sido verdadeiramente capazes de ouvir o que os agricultores têm a dizer, entendendo que os princípios filosóficos da ciência convencional não conferem legitimidade aos conhecimentos e as formas de aprendizagem dos agricultores, e, portanto, não são capazes de romper com uma possível superioridade da ciência convencional.

A agroecologia, para esse autor, busca integrar os saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, o que permite tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo de desenvolvimento e de agricultura como forma de estratégia para o

desenvolvimento rural e formas de agriculturas mais sustentáveis. Agroecologia a partir das exposições do Caporal, pode ser compreendida como uma matriz disciplinar que vem apontando as bases para um novo paradigma científico, que é antagônico ao paradigma convencional da ciência, procurando se “integrar” rompendo com o isolamento das ciências e das disciplinas, gerada pelo paradigma cartesiano.

Segundo Ferreira e Mattos (2017), a linha do encontro da agroecologia com o feminismo tem um resultado colaborativo no enfrentamento de impasses vivenciados pelas mulheres no meio rural, ampliando os alcances tanto da agroecologia quanto do feminismo.

Não resta dúvida de que as mulheres desempenhem um papel de extrema importância dentro da agricultura, mas é preciso romper com as estruturas patriarcais e machistas ainda existentes nesse meio (e na sociedade). A luta contra essas estruturas é um movimento constante, e que se traduz na necessidade de revermos e questionarmos nossas práticas, assim, é preciso que estejamos atentos para não reproduzir aquilo que tentamos combater. A agroecologia ao propor a construção de novas dinâmicas sociais e ambientais, possui um papel fundamental na valorização das mulheres:

A posição e a condição social em que as mulheres se reconhecem e são reconhecidas propiciam que as mesmas acumulem conhecimentos sobre questões ligadas à valorização e à reprodução da vida e que se encontram no cerne do desenvolvimento da Agroecologia, como a produção de alimentos saudáveis; a rejeição ao uso de agrotóxicos e cultivos transgênicos, considerando suas consequências sociais, para a saúde e para o meio ambiente; a luta contra a perda da biodiversidade, notadamente de cultivos crioulos e tradicionais; a guarda de sementes crioulas e/ou tradicionais; a manutenção de relações de solidariedade, cuidados, entre outros aspectos. (SCHOTTZ et al., 2015, p. 53).

As mulheres “desempenham importante papel como administradoras dos fluxos de biomassa, na conservação da biodiversidade e domesticação das plantas, demonstrando em muitas regiões do mundo um grande conhecimento sobre as espécies de recursos genéticos e fitogenéticos” (PACHECO, 2005, p.153). A produção feita dentro da área do quintal, área tida majoritariamente como feminina, contribui também para a segurança e soberania alimentar das famílias, comunidades e territórios em que estão inseridas.

Há uma revolução silenciosa acontecendo nos espaços pelos quais as mulheres agricultoras transitam e disseminam seus conhecimentos, herdados de suas mães e avós. São nos quintais e nos ambientes que os rodeiam – nos quais plantas alimentícias e medicinais são coletadas – que se abre espaço para a sustentabilidade dessas tradições alimentares no futuro. Tradições cultivadas a partir do engajamento das mulheres e de outros membros da família na plantação e colheita, tendo como base os métodos e princípios da agroecologia, que propõe uma visão mais sistêmica da natureza. Inegavelmente, as mulheres desempenham um papel primordial na sustentação da abordagem agroecológica, aproveitando de todos os insumos e

recursos que circulam por tais espaços e dos esforços de todos os seres humanos que participam da gestão das terras e dos seus frutos (FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA- FIDA, 2020, p.53).

No campo, elas estão presentes em todas as etapas da produção, desde o plantio até a comercialização dos produtos que são produzidos dentro das propriedades. Se faz necessário também evidenciar o “protagonismo das mulheres na construção da agroecologia urbana e no fortalecimento das experiências que se constroem a partir dos intercâmbios e dinâmicas locais, promovendo a conservação das práticas culturais alimentares tradicionais e a garantia do acesso ao território e às sementes crioulas” (CARTA POLÍTICA DO IV ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA, 2018, p.19). A agricultura urbana se apresenta “como espaço de disputa na produção da cidade, que confronta a mercantilização e privatização dos espaços urbanos e anuncia novas perspectivas na relação entre campo e cidade” (CARTA POLÍTICA DO IV ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA, 2018, p.19).

Seja no campo ou nas áreas urbanas, as mulheres são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados feitos dentro dos lares, sendo esse trabalho ainda hoje, invisibilizado e pouco valorizado. Assim, é preciso que não romantizemos os “dons” ditos femininos, socializar os trabalhos reprodutivos e de cuidados é imprescindível para avançarmos na desconstrução de práticas patriarcais.

Apesar de todas essas importantes atividades ambientais feitas pelas mulheres, é preciso que não normalizemos a crença de que isso é natural, ou ainda um dom feminino. Não podemos ver simplesmente as mulheres, como aponta Puleo (2012), como “anjos do ecossistema”, pois, ao fazer isso estamos atribuindo mais uma missão nas suas mãos, a de salvar um planeta em crise, além de reduzi-las em um estereótipo, que é o de cuidadoras universais.

A maior preocupação das mulheres com essas questões, se deve ao fato delas serem as principais atingidas com a degradação ambiental, e também por elas ficarem “com o peso dos problemas decorrentes de desastres ambientais. Por se constituir como o grupo que cuida de pessoas dependentes (crianças, idosos e doentes), o trabalho das mulheres aumenta com a degradação do meio ambiente” (PULEO, 2012, p.35). De acordo com o boletim divulgado pela OXFAM-Brasil (2020):

As mudanças climáticas também reduzirão a quantidade de alimentos produzidos e aumentarão a incidência de doenças, o que demandará ainda mais esforço e tempo de mulheres e meninas, que deverão dar conta do aumento do volume de trabalho para lidar com essa situação e, conseqüentemente, dedicar ainda mais horas do seu dia para isso (OXFAM-BRASIL, 2020, p. 14).

É dentro do movimento agroecológico que muitas mulheres encontram alternativas para fazer mudanças nas realidades em que estão inseridas, é “ali que elas manifestarão a sua discordância com os sistemas atuais e buscarão construir propostas alternativas, pensando em um modelo de família que se coadune com um ideal de sociedade mais justa e sustentável” (SILIPRANDI, 2015, p.140). Portanto, é de fundamental relevância dar visibilidade a projetos e iniciativas conduzidas por mulheres, além de valorizar seu trabalho feito dentro das propriedades.

A agroecologia ao trabalhar com os conceitos de coletivo e local discutindo as desigualdades, enfatiza a importância de debater a questão dos programas governamentais de políticas públicas. Nesse caso destaca-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que são programas de fomento à agricultura familiar, em que se constata hoje um elevado número de cadastros de mulheres que vem chefiando a comercialização dos produtos produzidos.

As mulheres agricultoras são desprovidas de poder porque enfrentam uma “dupla dependência”. A primeira dependência está relacionada ao fato de serem camponesas e, historicamente, o campesinato é um grupo cuja inserção social se dá em condições subordinadas em relação ao conjunto da sociedade. Ser camponês em uma sociedade industrializada e urbanizada está associado ao atraso, à ignorância, ao apego à tradição, ao conservadorismo. Significa, nesse contexto, não ser moderno e, portanto, ser inferior. E a segunda dependência está relacionada ao fato de serem mulheres imersas em relações familiares desiguais e hierárquicas, onde a opressão feminina é naturalizada (FERREIRA e MATTOS, 2017, p.39).

Ainda hoje mesmo as mulheres sendo maioria na base de organização dos movimentos sociais, ainda são minorias nos cargos políticos e também na participação em partidos políticos. Em ambientes de direção de empresas privadas, de organizações sindicais entre outros espaços de lideranças, conforme Siliprandi e Cintrão (2015) ocorre a mesma problemática. E essa desproporcionalidade se acentua ainda mais quando analisamos do ponto de vista da interseccionalidade, que é a dimensão de classe, gênero e etnia/raça, devido aos diversos tipos de preconceitos e discriminação, que fazem com que as mulheres negras tenham ainda menos acesso a esses campos de poder e decisão, que as mulheres brancas.

Esse silêncio ou processo de empoderamento que ainda não é suficiente, pode derivar-se da própria conjuntura das políticas públicas implementadas e até mesmo da mentalidade patriarcal e autoritária, que marcou e marca a história política e social do Brasil, e que consequentemente excluíram as mulheres ao longo do tempo de vários espaços (SILIPRANDI e CINTRÃO, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A visão agroecológica revela a importância das mulheres na construção de vários sistemas agrários produtivos. Incorporar o feminismo na construção do campo agroecológico apoia na ampliação do aspecto das questões tecnológicas, produtivas e ambientais. As questões sociais ganham relevância, incluindo a busca da justiça e equidade nas relações de gênero. Dessa forma, o feminismo se sustenta das discussões no que se refere a soberania alimentar, políticas públicas rurais e sustentabilidade ambiental apresentados pela agroecologia (FERREIRA e MATTOS, 2017). Assim, o movimento “Sem Feminismo não há Agroecologia”, evidencia a importância de se unir as pautas feministas ao movimento agroecológico, lembrando que é necessário e urgente uma mudança nas relações de gênero seja no meio urbano ou rural.

As trabalhadoras rurais entendem que a luta pela emancipação das mulheres deve estar ao lado da luta pelo fim da propriedade privada, pelo direito à terra e aos territórios, pela Reforma Agrária Popular, contra o agronegócio e contra todas as formas de exploração do ser humano e da natureza.

A agroecologia nesse sentido, vem em oposição ao que tem sido implementado pela agricultura convencional nos últimos tempos, incentivando debates e propondo alternativas para se pensar em uma forma de produzir e de se relacionar com o ambiente de forma sustentável, incorporando os saberes tradicionais nas suas práticas e na sua construção teórica. Além disso, os agricultores e agricultoras têm um papel crucial para o desenvolvimento da agroecologia e conseqüentemente para um desenvolvimento rural sustentável.

Desta forma a agroecologia ao agregar as pautas feministas nos seus princípios, incidem na construção do processo de “empoderamento” e autonomia das trabalhadoras rurais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Evolução do Pensamento Agroecológico. Susanna B. Hecht. In: Agroecologia: Bases Científicas para uma Agricultura Sustentável. Miguel Altieri, 2002. AS-PTA.

Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis—item 3. Sobre as bases epistemológicas e o que é Agroecologia. Francisco Roberto Caporal. In: Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade. Francisco Roberto Caporal, Gervásio Paulus e José Antônio Costabeber, 2009. E-book.

ALTIERI, M.A. **Agroecology:the scientific basis of alternative agriculture.** Boulder: Westview Press, 1987.277p.

Carta política [do] IV ENA: agroecologia e democracia unindo campo e cidade. - Rio de Janeiro: AS-PTA: Articulação Nacional de Agroecologia - ANA, 2018.

DICIONÁRIO Oxford Advanced Learner's Dictionary. Oxford University Press. Oxford. 1990.

Diferentes abordagens de agricultura não-convencional: História e Filosofia. Eli Lino de Jesus. In: Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável, 2005. Embrapa.

FAHS, Ana C. Salvatti. Movimento feminista: história no Brasil. 2018. Disponível em <https://www.politize.com.br/movimentofeminista/?https://www.politize.com.br/&gclid=Cj0KCQjwgtWDBhDZARIsADEKwgOdePeyB5HBfCjbmJM9fvAxuZYVGfj6aw0KS4JsKFa39LoxjsJ--P8aAvjbEALw_wcB> Acesso em: 13 de abril de 2021.

FERREIRA, Ana Paula Lopes; MATTOS, Luis Cláudio. Convergências e divergências entre feminismo e agroecologia. *Ciência e Cultura*, v. 69, n. 2, p. 38-43, 2017.

FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA- FIDA (Salvador). **Cadernetas agroecológicas e as mulheres do semiárido de mãos dadas fortalecendo a agroecologia:** resultados do uso das cadernetas nos projetos apoiados pelo fida no brasil de agosto de 2019 a fevereiro de 2020. Salvador: 2020. 232 p.

LOPES, Bárbara Letícia. **AGROECOSSISTEMAS, TRABALHO E AUTONOMIA:** o cotidiano de mulheres camponesas em realidades do vale do Jequitinhonha. 2021. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos Rurais, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2021.

MARIA LETICIA; ISLÂNDIA BEZERRA; KARINA DAVID; CLAUDIA NUNES; SANDRA MARA RIBAS *Webinete - Sem feminismo não há Agroecologia*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=drwH1oF5SFk>. Acesso em: 13 de abril de 2021.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **A afirmação de muitas histórias.** Disponível em: <https://www.mmcbrazil.com.br/site/node/44>. Acesso em: 18 jun. 2021.

OXFAM, **Documento Informativo da OXFAM:** Tempo de Cuidar: O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. São Paulo, 2020. 21 p.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Agricultura familiar: sustentabilidade ambiental e equidade de gênero. In: BUARQUE, Cristina; SIMIÃO, Daniel Schroeter; MACEDO, Márcia S.; PACHECO, Maria Emília Lisboa; SILVEIRA, Maria Lucia da; NOBRE, Mirian; FARIA, Nalu; FESTA, Regina; NOVAES, Regina; CAMURÇA, Silvia (org.). **Perspectivas de gênero:** debates e questões para as ongs. Recife: Sos Corpo Gênero e Cidadania, 2005. p. 138-163.

PULEO, Alicia H. Anjos do Ecosistemas? In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata. **Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia.** São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2012. p. 29-50.

Rojas, Viviane. **O Feminismo Camponês E Popular, A Identidade da Mulher Rural e Mundo Operário.** 2020. Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/03/11/o-feminismo->

campones-e-popular-a-identidade-da-mulher-rural-e-mundo-operario/> Acesso em: 13 de abril de 2021.

SAMPAIO, Cristiane. “Conheça o feminismo camponês popular, pauta das mulheres sem-terra”. Brasil de Fato, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/03/08/conheca-o-feminismo-campones-popular-pauta-das-mulheres-sem-terra>> Acesso em: 13 de abril de 2021.

SCHOTTZ, Vanessa; MARONHAS, Maitê; CARDOSO, Elisabeth. É trabalho, não é ajuda!:Um olhar feminista sobre o trabalho das mulheres na agroecologia. **Agriculturas Experiências em Agroecologia**: Pela vida das mulheres e pela Agroecologia, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p.48-53, dez. 2015.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 571-593.

SILVA, Daniel Neves. "O que é feminismo?" Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-feminismo.htm>. Acesso em 13 de abril de 2021.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente**. São Paulo: Gaia, 2002. 240 p.

SANTILLI, Juliana. **Um pouco da História das Agriculturas**. In: Agrobiodiversidade e Direito dos Agricultores. p.520, 2009. Editora Petrópolis.